

APRESENTAÇÃO*

Educação e Realidade Amazônica é o título de um dos componentes curriculares do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, iniciado em 2014. Nos primeiros três anos foi ofertado como Seminário Integrador obrigatório para todos os ingressantes. Atualmente é a disciplina geral introdutória do curso, isto porque desde a elaboração do projeto houve a compreensão de que seria imprescindível aos mestrandos conhecerem o contexto histórico, social, econômico e geográfico no qual o PPGE está inserido, como ponto de partida – e também de chegada – para a compreensão dos aspectos constitutivos dos seus objetos de estudo, notadamente quando estes incidam em problemáticas da Amazônia.

As reflexões sobre a realidade, todavia, não se prendem a um local e a um tempo específicos uma vez que a própria realidade é alvo de questionamentos. Por esta razão, o conteúdo trabalhado na disciplina, também contribui para a elucidação de objetos de estudo cujo *locus* seja outro ambiente geográfico e em diferentes momentos históricos.

E dado a riqueza dos debates propiciados pelas leituras selecionadas concluímos – desde a segunda oferta do componente curricular – que seria importante transformá-los em produtos e socializá-los, tanto para os novos mestrandos, quanto para outros profissionais da educação e a sociedade em geral. Resultou destas reflexões a decisão coletiva pela elaboração de capítulos e publicação no formato e-book, o que se consolidou com o apoio da editora Navegando, em seu propósito de disponibilizar gratuitamente obras relevantes para a produção e difusão de conhecimentos necessários para que todos possam se posicionar criticamente diante dos acontecimentos e não apenas ser reproduutor de discursos ideológicos.

A primeira edição do ebook foi publicada em 2016, composta de Prefácio (escrito por José Luís Sanfelice) uma apresentação (feita pelos docentes responsáveis Dr. Anselmo Alencar Colares e Dra. Maria Lília

*DOI – 10.29388/978-65-86678-45-1-0-f.15-24

Imbiriba Colares, tratando do tema Amazônia: o universal e o singular) e 7 capítulos de autoria de mestrandos do PPGE/UFOPA. Em 2017 foi lançado o segundo volume, com uma apresentação trazendo a síntese dos 14 capítulos. O terceiro número, em 2018, no qual foram publicados 12 capítulos e em 2019, o volume 4, foi constituído por 13 capítulos, sempre oriundos dos aprendizados obtidos no decorrer do desenvolvimento da disciplina, com as leituras indicadas, os debates realizados em sala de aula e outras estratégias formativas nas quais a contribuição dos docentes orientadores passou a ser cada vez mais relevante, de tal maneira que passaram a ser coautores dos capítulos.

Este quinto número – em 2020 - mantém os propósitos iniciais e incorpora contribuições das edições anteriores, em um processo de permanente e significativa melhoria nas abordagens, como fruto dos esforços coletivos para a compreensão da realidade educacional da Amazônia. Os capítulos expressam o posicionamento dos mestrandos após cursar o primeiro semestre do curso, no qual são levados a realizar leituras e aprimorar o projeto de pesquisa. E neste movimento, refletir sobre as expectativas quanto as contribuições de um programa de pós-graduação em educação no interior da Amazônia, para a modificação de uma realidade ainda caótica, atestada pelos indicadores de qualidade que revelam também as enormes disparidades regionais.

Acreditamos que a leitura, divulgação e socialização de *Educação e Realidade Amazônica* será importante para todos os que estudam, pesquisam e atuam na educação, em especial na esfera pública, uma vez que a reflexão, o debate em torno das concepções e as práticas para a construção de uma educação pública e de qualidade social são essenciais para a transformação da realidade educacional e social em nosso país, sobretudo no atual contexto de retração dos direitos sociais onde a educação tem sido drasticamente afetada. Para melhor apresentação dos textos organizamos esta edição do e-book em três eixos. O **primeiro eixo** denominado *QUESTÕES AGRARIAS, TERRITORIAIS E DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS MINERAIS E HÍDRICOS, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS* é composto por quatro capítulos.

Andria Raiane Coelho Campos e Ednilson Sergio Ramalho de Souza no texto *ENSINO DE CIÉNCIAS NO CONTEXTO AMA-*

ZÓNICO: REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO EM CIÉNCIAS, abordam aspectos para refletir sobre o ensino de ciências, a partir do processo de formação e atuação docente, diante dos desafios para pensar a educação no contexto amazônica diante da diversidade, das questões ambientais e dos modelos de desenvolvimento da região, uma vez que, é fundamental para quem busca conhecer, interpretar e intervir na realidade, a partir dos processos educacionais.

Lincon Sousa Aguiar e Tania Suely Azevedo Brasileiro, no Capítulo “*A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR PARA A PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA PARAENSE: O CASO JURUTI VELHO!*” apresenta a contribuição do Curso de Formação de Lideranças Comunitárias O Direito Achado na Beira do Rio para a proteção do território do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho aborda os fundamentos da Educação Jurídica Popular e sua relação com as teorias críticas do Direito, da Educação Popular e dos pressupostos metodológicos freireanos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, BIODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA, com autoria de Ivonely de Brito Pereira, André Dioney Fonseca, Noélia de Sá Rêgo e Solange Helena Ximenes-Rocha, traz reflexões sobre as mudanças climáticas aceleradas, suas implicações sobre a biodiversidade e interface com a educação na Amazônia. Destaca que a aceleração das alterações do clima vivenciada atualmente apresenta fortes evidências da intervenção humana, levando a comunidade internacional a estabelecer mecanismos de controle ambiental. No campo educacional enfatiza a necessidade de problematizar e pensar acerca da realidade amazônica, o que requer a construção de políticas educacionais com currículos que considerem a diversidade e as singularidades da região, na perspectiva da totalidade. O capítulo evidencia, ainda a necessidade de uma política de formação de professores que problematize e reflita sobre as grandes questões da Amazônia.

CONCEITUALIZAÇÕES DE TERRITÓRIO AMAZÔNICO E UM RETRATO HISTÓRICO DAS QUESTÕES AGRÁRIAS NO BRASIL, é a contribuição de Julliany Xavier de Sousa e Simone Kelly Rabelo Martins. Apresentam a concepção de território não somente como um local de disputa e domínio sobre os recursos naturais, mas

como um espaço coletivo, organizado socialmente que se modela a partir das práticas materiais e simbólicas do povo que habita a Amazônia. É dado ênfase ao território amazônico como um espaço de diversidade cultural destacando as peculiaridades dos povos que nele vivem, dentre os quais estão: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, habitantes do campo e da cidade. Dentre os subtemas elencados destacam-se as questões agrárias no Brasil e os movimentos sociais engajados na luta pelo direito à terra.

O segundo eixo - O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E OS IMPACTOS DO “DESENVOLVIMENTO” DIANTE DAS REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE, constitui-se por 2 capítulos.

Daniel Lima Fernandes, Raimundo Clecionaldo Vasconcelos Naves e Anselmo Alencar Colares no texto, *ENTRE O RIO E A FLORESTA: O OLHAR DE DOIS CABLOCOS SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA*, explicitam que no Brasil, a partir da década de 1930 com a criação do IBGE se inicia o processo de criação das divisões regionais do espaço geográfico brasileiro, e nos anos de 1950 ocorre a aprovação do que seria considerada a primeira política de desenvolvimento regional do Brasil, em particular da Amazônia. Tal política se estabelece com a criação da SPVEA, órgão responsável por sua execução. Nos anos 1960 surge a SUDAM, órgão federal que ficará responsável pela política de desenvolvimento regional na Amazônia, sendo extinta no Governo Fernando Henrique Cardoso e recriada no Governo Lula em 2007. Vale ressaltar que nos anos 2000 a relativa estabilidade macroeconômica, aliada à emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno (relacionado à valorização do *local*) impulsionaram o ressurgimento da temática do desenvolvimento regional/local. Este artigo, de caráter descritivo, traz uma revisão bibliográfica das principais abordagens teóricas sobre os conceitos de região, desenvolvimento regional, centrando-se na regionalização da Amazônia e os modelos de desenvolvimento proposto pelo governo federal para essa região à luz do modelo de desenvolvimento endógeno e exógeno.

AGRONEGÓCIO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, com autoria de Gisele Silva Gomes e

Lucléia Patrício de Jesus, discute os problemas socioambientais presentes na Amazônia brasileira, devido ao modelo de desenvolvimento econômico executado. Problematiza os processos de formação dos sujeitos sociais na atual conjuntura buscando refletir sobre as possibilidades de ampliação do desenvolvimento sustentável da região como saída para a preservação do meio ambiente, garantindo uma vida livre e com condições plenas de subsistência a geração presente e futura.

O terceiro eixo *DIVERSIDADE CULTURAL. QUESTÕES SOCIAIS, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS*, está formado por 9 capítulos. No texto, *DIVERSIDADE CULTURAL NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS*, Lucas de Vasconcelos Soares, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, Karolina Carvalho do Amarante e Gilberto César Lopes Rodrigues, analisam a Diversidade Cultural na região amazônica do Brasil, identificando, a partir do entendimento teórico-conceitual e político-educacional, práticas e desafios presentes nessa realidade. No aspecto educacional, a existência de um currículo pré-definido, de âmbito externo, acaba por sucumbir os conhecimentos locais, excluindo a diversidade cultural de um lugar central no processo ensino-aprendizagem, na formação docente e nos materiais didático-pedagógicos. Apontam-se os desafios sobrepostos a questão da diversidade cultural na região: condição histórica de inferioridade, ideia de não pertencimento dos sujeitos amazônicos e ausência de subsídios para uma vivência efetiva das diversidades. Por outro lado, propõe as três fases – apropriação, inserção e contraposição – em prol de um ajustamento e organização coletiva com vista à transformação social na Amazônia.

DIVERSIDADE CULTURAL E A CORPOREIDADE NO CONTEXTO AMAZÔNICO, é o capítulo escrito por Andressa Karoline Santana Teixeira, Franciellen Tapajós Ribeiro e Hergos Ritor Fróes de Couto. Especificam que diversidade cultural amazônica tem como principal característica a multidiversidade étnica e cultural que se desenvolveu ao longo dos séculos de convívio de diversas culturas: indígenas, africanas, nordestinas, europeias, dentre outras. O artigo teve como objetivo compreender as relações que se estabelecem entre a diversidade cultural e a abordagem da corporeidade no contexto amazônico. Apresentam uma visão de homem amazônico em suas múltiplas dimensões, ressaltan-

do que ele é corpo e estabelece relações consigo mesmo, com o outro e o mundo a sua volta, revelando assim sua identidade e subjetividade, refletindo e criando cultura. Considera-se que os encadeamentos entre a diversidade cultural e a abordagem da corporeidade são inerentes ao ser humano, representando uma importante discussão que tem ocorrido aos poucos no contexto educacional amazônico levando-nos a refletir de que maneira os problemas e desafios nos incomodam quanto educadores para que tal conexão seja defendida, reafirmada e desenvolvida por nós e pelas instituições escolares.

No texto, *EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO: OS DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE IMIGRANTES INDÍGENAS NA REDE DE ENSINO*, Simone Santana Ferreira e Alan Augusto Ribeiro, descreve a situação migratória vivida por indígenas venezuelanos Warao no município de Santarém, a partir de uma análise dos instrumentos legais internacionais e nacionais de apoio e refúgio, destacando as políticas educacionais nacionais e internacionais para refugiados e as dinâmicas culturais envolvidas nestes fluxos de deslocamento. A pesquisa foi desenvolvida a partir de discussões bibliográficas e análises documentais sobre migração, direito à educação, cultura e etnicidade e inclusão de um grupo específico no sistema de ensino regular brasileiro. A educação escolar é o cenário em torno do qual se procura compreender experiências sociais que requerem políticas educacionais que atendam demandas culturais, necessidades materiais e distintas subjetividades.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDO DO PME E DO PNME NO CONTEXTO MUNICIPAL, contribuição de Thaiana Netto Fonseca Baptista e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, traz o panorama de como a educação integral em tempo integral vem sendo implementada no município de Santarém/PA, a partir de pesquisa bibliográfica, análise de documentos oficiais - leis, pareceres, decretos e resoluções - e de dados quantitativos. O recorte temporal compreende o período de 2009 a 2019, tendo como base a implementação dos Programas Mais Educação – PME - e Novo Mais Educação – PNME. Esses dois programas configuram as principais políticas educacionais indutoras de educação em tempo integral no município.

Em *A AMAZÔNIA (R)EXISTE: PROTAGONISMO, LUTA POR DIREITOS HUMANOS E CONTRIBUTOS DA OSC SEARA PARA A INCLUSÃO SOCIAL*, Bárbara Tereza Costa do Nascimento, Cleilma Sousa Rodrigues Riker e Narelly Tavares Rodrigues e Melo, destacam a Amazônia como uma região rica em recursos naturais e atrativa pela sua biodiversidade, multiculturalidade e heterogeneidade cultural, biológica e linguística, marcada pela exploração por parte dos grandes interesses, que provocam diversos conflitos e desastres sociais e ambientais. A partir destes desafios e ao pesquisar sobre questões sociais, direitos humanos e inclusão na Amazônia, nos deparamos com inúmeros problemas, que requerem respostas. Assim, de maneira panorâmica, num primeiro aspecto, aborda problemas relacionados à complexidade das questões sociais, que ajudam a conhecer a realidade amazônica, em seguida discorre sobre a relevância dos direitos humanos e, por fim, destaca o papel das organizações da sociedade civil (OSC), como exemplo de inclusão social no contexto amazônico. Outrossim, este artigo, não apresenta soluções para os problemas da Amazônia, antes aponta alguns caminhos e exemplos possíveis, e ao mesmo tempo faz reflexões com vistas à mudança a partir do processo educacional e da prática de inclusão.

PENSAR A DIVERSIDADE AMAZÔNICA NO ENSINO DE HISTÓRIA, de autoria de Duci Alves Matos e Anselmo Alencar Co-
lares resulta das reflexões em torno dos conceitos de Educação, Realidade e Amazônia em suas interconexões. Dentre as várias possibilidades reflexivas, nos detivemos sobre como a educação e mais especificamente o ensino de história enquanto disciplina ministrada em sala de aula, pode contribuir na construção de um pensamento crítico acerca da realidade Amazônica, tendo em vista seus processos de formação e ocupação, bem como o olhar voltado para a diversidade que a compõe.

Em *O PLURILINGUISMO E O CASO DOS ÍNDIOS WARAO EM SANTARÉM/PA*, Daniela Figueira Alano e Ediene Pena Ferreira apresentam o mapeamento da realidade sociolinguística de escolas públicas da cidade de Santarém, discutem os conceitos como monolinguismo, multilinguismo e plurilinguismo. Criticam o mito do monolinguismo que defende a ideia de que ser brasileiro é falar português, desconsiderando a realidade pluricultural e, por isso, plurilíngue do Brasil. Constatam que

faltam políticas linguísticas no Brasil relacionada a realidade plurilíngue em escolas públicas de Santarém.

No texto, *EDUCAÇÃO, REALIDADE AMAZÔNICA E FORMAÇÃO DO PROFESSOR: O PARTICULAR E O UNIVERSAL*, Leane Lima Oliveira faz analisa duas concepções de educação: uma ingênuas e neutra e outra crítica e transformadora, demonstrando a importância do professor definir que concepção de educação deve subsidiar sua prática pedagógica. Aborda, ainda, características da realidade Amazônica e a necessidade de uma educação que relate o particular e o universal, em uma dimensão dialética, visando à formação humana e emancipadora, fundamentada no conhecimento. Apresenta discussão sobre formação do professor e suas implicações para a construção de uma educação para Amazônia que considere sua diversidade cultural, ambiental e social, entendendo a educação, como o ato de produzir, assumindo o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa é a prática social e o conhecimento na dimensão transformadora e emancipadora.

Fechamos esse volume com o texto *MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: EXPERIÊNCIAS NA AMAZÔNIA PARAENSE*, nele há a contribuição de um conjunto de autores, que integram o Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena ofertado pela Uepa em colaboração com a Ufopa, Jecilaine Ferreira Silva, George Edson Santos Sardinha, Hélia Maria Gama da Silva, Hellen Regina Martins Rocha e Gilberto César Lopes Rodrigues apresentam os relatos de quatro educadores indígenas sobre suas experiências em realizar mestrado em educação escolar indígena na Amazônia Paraense e, ainda, em tempos de pandemia. O texto apresenta brevemente o Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena e, em seguida, os relatos das experiências. A coleta de dados envolveu reuniões virtuais via rede de computadores, uma videoconferência transmitida pelo *Youtube* e o relatório escrito das experiências individuais, organizado pelo Professor Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues.

As reflexões aqui reunidas, com exceção do capítulo final, foram enriquecidas pelos debates durante as aulas do componente curricular educação e realidade amazônica e, desta forma, representam um momento do percurso formativo de novos mestres. Os textos aqui expostos re-

presentam o entendimento do coletivo de autores e autoras quanto a importância e necessidade de compartilhar os aprendizados como forma de contribuição efetiva para (re)pensar a Amazônia em suas múltiplas determinações.

Os Organizadores

